

ÍNDICE

FIGURAS, QUADROS E ESQUEMAS	17
ABREVIATURAS	19
APRESENTAÇÃO	27

PARTE I ENQUADRAMENTO DISCIPLINAR, CONCEITOS E DEFINIÇÕES

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO. CONCEITOS, DEFINIÇÕES E CONTEÚDOS	39
a. Aproximação ao tema, ao universo conceptual e ao enquadramento disciplinar	39
a.1. As duas primeiras décadas desde século	39
a.2. A abrangência do tema proposto	42
a.3. O campo pluridimensional e estrutural do tema	49
a.4. Vocação pluridisciplinar do tema	59
b. O actor e o sistema. O pendor objectivo da análise organizativa	72
b.1. História, conhecimento, narrativa e contexto	72
b.2. Juízes e sistema judicial	83
c. A organização, a decisão e o sistema judicial	88

c.1.	Organização, sistema e processo de decisão	88
c.2.	Organização	93
c.3.	Tribunais enquanto organizações	105
c.4.	Decisão	111
c.5.	Sistema e sistema judicial	119
d.	A jurisdição	127
e.	Aplicação, criação ou realização do direito	145
f.	A realização do direito e a organização	161
g.	A jurisdição entre a abertura, a moldura e o fechamento	165
g.1.	A jurisdição, a função e o sistema	165
g.2.	A cultura pragmática, relativista e céptica	171
g.3.	A análise económica do direito	175
g.4.	A reavaliação pragmática de Posner e as teorias expressivas do direito	180
g.5.	A jurisdição nos espaços organizativos, tecnológicos e de governação	186
g.6.	A opção jurisprudencialista (entre a abertura, o fechamento e a moldura)	190
h.	O acto jurisdicional e a sua definição	193
i.	A jurisdição e o tema da organização judiciária	203

CAPÍTULO 2 – INTERNO E EXTERNO NA ABORDAGEM DO SISTEMA JUDICIAL		213
a.	O jurista observador e participante no sistema judicial e na realização do direito	213
b.	As várias abordagens sobre o funcionamento e a organização do sistema judicial	218
b.1.	Abordagens multidisciplinares e interdisciplinares	218
b.2.	Ciência política e da administração	219
b.3.	Direito (teoria do direito, direito constitucional, direito administrativo e direito processual)	221
b.4.	Sociologia judiciária e sociologia do direito	225
b.5.	Economia da justiça e análise económica do direito	227
c.	A questão da organização do sistema judicial como convergência dessas abordagens	229

PARTE II
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO

CAPÍTULO 1 – OS TRIBUNAIS, O ESTADO E A ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	239
a. Estado de direito, democracia e função jurisdicional	239
a.1. Noção prática de Estado de direito	239
a.2. Génese e evolução político-constitucional	245
a.3. Estado de direito, democracia e Estado social	249
a.4. Erosão e reforço do Estado de direito	252
a.5. A valorização da perspectiva institucional	258
a.6. A função jurisdicional entre as demais funções do Estado	264
a.7. A legitimação da função jurisdicional	269
b. Especificidade, multidimensionalidade e “espaços comuns”	273
CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÓMICO DO SISTEMA JUDICIAL	291
CAPÍTULO 3 – EM ESPECIAL, A RELAÇÃO DA ECONOMIA E DA JUSTIÇA	307
CAPÍTULO 4 – A EMERGÊNCIA PANDÉMICA, O ESTADO DE DIREITO E O SISTEMA JUDICIAL	317
CAPÍTULO 5 – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, JUSTIÇA DIGITAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	339
a. Contexto	339
b. Abordagens	341
b.1. Reflexão teórica e filosófica	341
b.2. Abordagem política e constitucional	343
b.3. Respostas normativas e legais	345
b.4. Soluções governativas e gestionárias	348
b.5. Tratamento processual e procedimental	351
b.6. Análise económica do digital e da inteligência artificial (aplicada à justiça)	352
b.7. Vertente tecnológica (<i>design</i> e inovação)	353

c. Justiça e tecnologia	354
c.1. Evolução tecnológica	354
c.2. Avaliação e regulação	363
CAPÍTULO 6 – A ENVOLVENTE INSTITUCIONAL	
E CONSTITUCIONAL DO SISTEMA JUDICIAL	371
a. O poder judicial e a independência judicial	371
b. A independência dos tribunais e dos juízes e a sua <i>accountability</i>	389
b.1. A relação entre a independência e a <i>accountability</i>	389
b.2. A prática internacional recomendatória e jurisprudencial	390
b.3. Tribunal Europeu dos Direitos Humanos	392
b.4. Tribunal de Justiça da União Europeia	395
b.5. Jurisprudência nacional	399
b.6. Os padrões associativos internacionais	410
c. Independência e <i>accountability</i> nas suas várias dimensões	412
d. Estado de direito, garantias da independência judicial e garantias procedimentais	425
d.1. Princípios concretizadores do Estado de direito	425
d.2. As garantias estruturantes e as diversas funções político-constitucionais	431
d.3. A reserva de jurisdição (e a reserva do juiz)	433
d.4. A definição de tribunal	437
d.5. As garantias organizativas e procedimentais	441
d.6. Reforma, organização, gestão e garantias jurisdicionais	445
e. A organização do poder judicial e dos tribunais	451
f. O governo dos tribunais, a administração judiciária e os Conselhos Judiciais	464
f.1. Governação judiciária	464
f.2. Conselhos Judiciais	469
g. O estatuto dos juízes e a cultura judiciária	490
g.1. Estatuto dos juízes	490
g.2. Modelo de juiz e cultura judiciária	495
g.3. Pensar a profissão e o estatuto do juiz	498
h. A formação e o recrutamento dos juízes	504

CAPÍTULO 7 – O SISTEMA JUDICIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	515
CAPÍTULO 8 – A TERRITORIALIZAÇÃO DA JUSTIÇA E A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	525
a. O tema do mapa judiciário e da sua reforma	525
b. Critérios da reforma do mapa judiciário	537
CAPÍTULO 9 – A QUESTÃO ÉTICO-PROFISSIONAL	549
CAPÍTULO 10 – FORMAÇÃO E COOPERAÇÃO JUDICIÁRIAS INTERNACIONAIS	565
CAPÍTULO 11 – PENSAR A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA	573
a. Reforma, programação e organização	573
b. A informação empírica	578
c. As medidas do desempenho e da duração do trabalho judicial	585
d. Reorganização judiciária, administração judiciária e distribuição da litigância	596
e. As garantias procedimentais e organizativas	597
f. A especialização e a concentração nos tribunais	601
g. Previsão financeira e equipamentos judiciários	605
h. A administração e gestão dos tribunais	608
h.1. A reforma judiciária	608
h.2. Modelo de gestão dos tribunais	610
h.3. O perfil de juiz presidente	614
h.4. O papel do juiz presidente e a gestão do tribunal	623
i. A política da reforma da justiça	625
CAPÍTULO 12 – A DIMENSÃO PROCESSUAL DA ACTIVIDADE JUDICIAL	641
a. Processo e sistema judicial	641
b. Tribunais Supremos e selecção de recursos	655
c. Modelos de deliberação em tribunal colectivo	658
d. Processo, gestão e tecnologia	664
d.1. Processo gestor	664
d.2. Processo tecnológico	680
e. Processo e decisão	691

CAPÍTULO 13 – AS REFORMAS CONSTITUCIONAIS,
ORGANIZATIVAS E PROCESSUAIS

703

PARTE III

NEXO RELEVANTE ENTRE DECISÃO E ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO 1 – A DECISÃO JUDICIAL E AS SUAS TEORIAS
EXPLICATIVAS

- | | |
|--|-----|
| | 709 |
| a. Explicar e justificar (n)as decisões jurisdicionais | 709 |
| b. A experiência norte-americana | 716 |
| c. A experiência da Europa-continental | 724 |

CAPÍTULO 2 – A JURISDIÇÃO E A DECISÃO NA ORGANIZAÇÃO

- | | |
|--|-----|
| | 737 |
| a. A dinâmica de tomada da decisão judicial | 737 |
| b. Os factores organizativos na realização jurisdicional do direito | 743 |
| b.1. Rede multifactorial de condicionamentos | 743 |
| b.2. Factores de motivação do juiz | 744 |
| b.3. Composição do trabalho a cargo dos juízes (procura e distribuição da oferta judiciária) | 745 |
| b.4. Espaços organizativos, processo e tecnologia | 748 |
| b.5. Administração e gestão dos tribunais | 749 |
| b.6. A gestão dos tribunais e a sua presidência | 752 |
| b.7. Em especial, a organização do tribunal | 753 |
| b.8. Relação do juiz com o seu corpo profissional (estatuto e carreira) | 756 |
| b.9. Em particular, a ética, a disciplina e a avaliação | 759 |
| b.10. Formação e recrutamento (jurídico e profissional) | 761 |
| b.11. O percurso biográfico | 764 |
| b.12. A decisão em colectivo | 765 |
| b.13. Juízes, assistentes e funcionários | 766 |
| b.14. O juiz e a advocacia | 766 |
| b.15. O juiz e a academia (doutrina) | 768 |
| b.16. O juiz e o público destinatário das suas decisões | 768 |
| b.17. O contexto social | 769 |
| b.18. O judiciário e os outros ramos de poder | 769 |

b.19. Impacto do espaço mediático e da comunicação social	770
b.20. Classificação e peso dos condicionamentos	774
c. A organização do sistema judicial enquanto condicionante da realização do direito	779
d. As questões organizativas da justiça e o conceito de jurisdição	795
e. A organização do sistema judicial e o Estado de direito. Várias dimensões do problema	808
e.1. Governação, administração e jurisdição	808
e.2. Gestão dos tribunais e jurisdição	814
e.3. Gestão processual e jurisdição. O acto jurisdicional	823
f. A relevância da jurisdição entendida como organização ou estrutura	831

PARTE IV CONCLUSÕES

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIAL E JURISDIÇÃO	845
a. Questão primacial	845
b. Aproximação conceptual e disciplinar	846
c. A jurisdição nos desenvolvimentos da teoria e da prática do direito	850
d. A jurisdição e a organização da justiça numa abordagem sistemática	850
e. Estado de direito, democracia e função jurisdicional	854
f. A decisão jurisdicional. Explicação, justificação e factores de condicionamento	858
g. Jurisdição e acto jurisdicional	859
h. Organização do sistema judicial e jurisdição	865
REFERÊNCIAS	871
Bibliográficas	871
Documentais	950

